

X LEGISLATURA
ACTA Nº 80/X/4ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de Outubro de 2008, pelas 11h00, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, havendo a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Presidente da ERSE

2. Apreciação e votação das **actas nº 78** (14 Outubro) e **79** (16 Outubro)

3. Requerimentos:

- *CDS-PP – Requer a presença do Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas na Comissão e uma visita da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas*
- *PCP – Solicita audição urgente do Ministro da Economia e da Inovação sobre o preço dos combustíveis e tarifas de energia eléctrica*

4. Distribuição do **Projecto de Lei 599/X/4ª - (PSD) "Criação do Conselho Nacional do Turismo"** (Relator cabe ao PS)

5. **Distribuição da Proposta de Lei 226/X/4ª - "Orçamento do Estado para 2009."**

6. Outros assuntos:

- Expediente
- Informações

A reunião começou com a Audição do Presidente da Entidade Reguladora do Sector Energético, Prof. Vítor Santos, na sequência de um Requerimento do PS provado pela Comissão. O Sr. Presidente começou por dar as boas vindas ao Presidente da ERSE e dar conta do modo de condução dos trabalhos.

A Sra. Deputada Rosário Águas efectuou uma interpelação à Mesa sobre o carácter inoportuno do agendamento da audição em sobreposição com a reunião da Comissão de Orçamento e Finanças (COF) para audição do Ministro de Estado e das Finanças no âmbito do Orçamento do Estado (OE) para 2009, dado que a CAEIDR abrange a maioria das matérias do OE. Nesse sentido, deu conta da presença do GP do PSD na audição pela importância conferida às entidades reguladoras e pela consideração para com o Prof. Vítor Santos. O Sr. Presidente registou a interpelação e recordou a dificuldade de articulação de todos os agendamentos das diferentes Comissões. Seguidamente, deu a palavra ao Prof. Vítor Santos.

O Presidente da ERSE efectuou uma intervenção inicial¹, abordando os seguintes temas: *Tarifas de gás natural para o ano gás 2008-2009, Alterações decorrentes da aprovação da Lei n.º 12/2008 (Lei dos Serviços Públicos Essenciais), Proposta de Tarifas e Preços para a Energia*

¹ O *power point* faz parte do espólio da CAEIDR e pode ser consultado na respectiva página Internet.

Eléctrica em 2009, Promoção da eficiência energética, Programa do Consumidor de Energia 2008/2009 e, finalmente, MIBEL – passo decisivo no processo de liberalização.

No final da intervenção, antes de iniciar a primeira ronda de intervenções pelos Grupos Parlamentares, o Sr. Presidente complementou as informações dadas aos Srs. Deputados sobre o agendamento de reuniões de Comissões em simultâneo com a audição do Ministro de Estado e das Finanças na COF. De seguida, deu a palavra ao Grupo Parlamentar autor do Requerimento na origem da audição.

O Sr. Deputado Jorge Seguro questionou o Presidente da ERSE sobre a composição dos preços no contexto do Decreto-Lei n.º 165/2008², a explicitação do significado de *custos de interesse económico geral e uso de redes e gestão do sistema*, o esforço feito no desenvolvimento das energias renováveis, a alteração do preço do gás natural e as tarifas bi e tri-horária e a promoção da eficiência energética, os incobráveis e, finalmente, sobre a possibilidade de a ERSE passar a regulador do preço dos combustíveis.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Rosário Águas sobre se seria efectuada apenas uma ronda de intervenções. Tendo sido dada a anuência de todos os Grupos Parlamentares, o Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Vítor Santos para responder às questões colocadas.

Seguidamente, usou da palavra a Sra. Deputada Rosário Águas, cumprimentando a ERSE pelo seu desempenho quanto à alteração do preço do gás natural, comprovando o valor de um regulador diligente. Questionou, em seguida, o Prof. Vítor Santos sobre a actuação da ERSE em matéria de promoção da eficiência energética, a definição da regulação do mercado dos combustíveis, o porquê de a ERSE não dispor de um regime sancionatório, a definição de tarifas no contexto do Decreto-Lei n.º 165/2008 (supra-referido) e o desfasamento de outros custos, apresentado pela ERSE. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Vítor Santos para responder às questões colocadas.

De seguida, o Sr. Deputado Helder Amaral interveio, corroborando a intervenção da Sra. Deputada Rosário Águas sobre o gás natural, questionando, de seguida, o Presidente da ERSE sobre o adiamento do défice tarifário, a influência do MIBEL nessa matéria, o reforço do papel do regulador e da sua independência, a necessidade de promoção da competitividade e da concorrência, a utilidade prática da desintegração vertical e como garantir a concorrência efectiva, as propostas da ERSE em matéria de defesa do consumidor e os custos associados às energias renováveis e quais as perspectivas para além de 2012. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Vítor Santos para responder às questões colocadas.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes usou da palavra para questionar o Prof. Vítor Santos sobre a absorção da regulação, por parte do Ministério da Economia e da Inovação, transformando-se a Entidade Reguladora numa “Direcção-Geral” que apoio tecnicamente a decisão política, as tarifas demasiado altas em matéria de energia eléctrica e gás natural, a consulta aos conselhos tarifários sobre as propostas de tarifas, a imputação aos consumidores dos custos associados às energias renováveis e dos custos económicos de interesse geral, a desintegração vertical, o problema decorrente dos preços dos combustíveis, os ajustamentos tarifários excepcionais, a periodicidade

²Decreto-Lei do Ministério da Economia e da Inovação, de 21 de Agosto, que *procede à definição das regras aplicáveis ao reconhecimento de ajustamentos tarifários anuais aplicáveis ao sector eléctrico.*

da facturação, a aplicação da Lei n.º 51/2008³ e o MIBEL. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Vítor Santos para responder às questões colocadas.

De seguida, interveio a Sra. Deputada Alda Macedo, questionando o Presidente da ERSE sobre o regulamento tarifário, o aumento proposto para as tarifas, o problema do défice tarifário, o agravamento dos custos das energias primárias e a sua influência nas tarifas e, finalmente, sobre o custo das energias renováveis. O Sr. Presidente deu a palavra ao Prof. Vítor Santos para responder às questões colocadas.

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente agradeceu a intervenção e os esclarecimentos prestados pelo Presidente da ERSE, bem como as intervenções dos Srs. Deputados.

A reunião continuou, de seguida, com os diversos pontos da Ordem do Dia.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das actas nº 78 (14 Outubro) e 79 (16 Outubro)**, as actas foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No ponto 3 da Ordem do Dia, relativo aos **Requerimentos**, começou por ser apreciado o Requerimento do CDS-PP – “*Requer a presença do Ministro da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas na Comissão e uma visita da Subcomissão de Agricultura, Florestas, Desenvolvimento Rural e Pescas*”, tendo o Sr. Deputado Helder Amaral dispensado a apresentação do Requerimento. O Sr. Deputado Jorge Almeida solicitou um esclarecimento relativo ao ponto 2 do Requerimento, tendo o Sr. Deputado Helder Amaral referido tratar-se de uma visita a uma região de concentração de floresta e onde o problema do nemátodo do pinheiro é visível. O Sr. Deputado Jorge Almeida sugeriu, então, que o GP do CDS-PP retirasse o ponto 2, colocando apenas à votação o ponto 1 do Requerimento, proposta que foi aceite pelo Sr. Deputado Helder Amaral. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PEV.

De seguida, o Sr. Deputado Agostinho Lopes apresentou o Requerimento do PCP – “*Solicita audição urgente do Ministro da Economia e da Inovação sobre o preço dos combustíveis e tarifas de energia eléctrica*”. O Sr. Deputado Jorge Seguro considerou mais pertinente começar por concretizar a audição com o ACP e que a audição proposta pelo GP do PCP se concretizasse aquando da audição do Ministro da Economia e da Inovação no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2009. O Sr. Deputado Agostinho Lopes replicou, considerando que o conjunto de problemas objecto do Requerimento não se enquadrava no âmbito da discussão do OE. Não havendo mais intervenções, o Requerimento foi submetido à votação, tendo sido rejeitado com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP e BE, e contra do PS.

No ponto 4 da Ordem do Dia, referente à **Distribuição do Projecto de Lei 599/X/4ª - (PSD) "Criação do Conselho Nacional do Turismo"**, o Sr. Deputado Mendes Bota apresentou o Projecto de Lei e as disposições nele contidas. O GP do PS ficou de indicar um(a) Deputado(a) relator(a) para a referida iniciativa legislativa.

³ Lei n.º51/2008, de 27 de Agosto, que *Estabelece a obrigatoriedade de informação relativamente à fonte de energia primária utilizada.*

No ponto 5 da Ordem do Dia, relativo à Distribuição da Proposta de Lei 226/X/4^a - "Orçamento do Estado para 2009", o Sr. Presidente deu conta da metodologia que tem sido seguida, tendo sido debatida a necessidade de alterar a mesma. O GP do PS ficou de indicar um(a) Deputado(a) relator(a).

No ponto 6 da Ordem do Dia, referente aos **Outros Assuntos**, foram analisados dois convites endereçados à CAEIDR, tendo o GP do PSD ficado de indicar um Deputado para a Conferência em São Paulo, e o GP do PS de indicar um Deputado para solicitar autorização ao PAR para uma reunião em Budapeste.

A reunião foi gravada, estando disponível a gravação áudio, que faz parte integrante desta acta. A reunião foi encerrada às 14h20, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de Outubro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Rui Vieira

Nota: Acta aprovada na reunião de 2 de Dezembro de 2008.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- Ceia da Silva
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Mendes Bota
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Carlos Lopes
- Fátima Pimenta
- Horácio Antunes
- Jorge Almeida
- Manuel José Rodrigues
- Miguel Almeida

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Hugo Velosa
- Luís Fazenda